

## **Intervenção na Conferência “Grande Encontro Banca do Futuro” do Jornal de Negócios (16/11/2022)**

### **1. De crise em crise**

A vida não tem sido fácil nos últimos tempos. Há uma década atrás, tivemos um doloroso ajustamento económico para debelar os graves desequilíbrios financeiros acumulados ao longo de vários anos. Há cerca de três anos, quando a economia ainda se encontrava a convergir para a tendência pré-crise, o caminho de recuperação foi interrompido por uma nova e profunda recessão, decorrente da paragem económica associada à pandemia da Covid-19. Contrariamente aos da primeira crise, os danos sociais desta, apesar de tudo, conseguiram ser contidos pela rápida resposta das políticas públicas, desta vez coordenadas a nível europeu, e, sobretudo no nosso caso, pela empenhada proatividade do sector bancário, cujos balanços tinham sido paulatinamente robustecidos desde a crise financeira da década passada.

Empenhada proatividade que mostrou, com sólidos factos e contra as injustas acusações ideológicas de que é alvo frequente, que o sector é um indispensável e activo aliado na promoção do bem-estar social. E que, sem descurar a irrecusável obrigação principal que é criar valor económico, não é insensível aos apertos financeiros dos seus clientes e às agruras da sociedade. Tanto mais que ambos – clientes e sociedade – constituem importantes *stakeholders* e destinatários da sua actividade.

Mas quando essa crise já parecia debelada, e a recuperação parecia correr de vento em popa, eis que uma nova adversidade nos confronta, agora de natureza praticamente oposta às crises precedentes e com uma rápida progressão. Adversidade trazida por um fantasma que muitos já tinham esquecido e de que as gerações mais novas terão apenas ouvido falar, mais ou menos no mesmo plano em que terão ouvido falar das curiosidades do antigamente, como a vida sem internet. Refiro-me, claro, à inflação que, em pouco tempo, provocou uma moessa considerável no poder de compra das famílias e desestabilizou os seus orçamentos.

A inflação traz consigo uma adversidade adicional: o remédio necessário para a dominar – subida das taxas de juro – também tem, colateralmente, efeitos nefastos nos orçamentos das famílias e das empresas endividadas, para além de fazer arrefecer a actividade económica, que poderá acabar mesmo por entrar novamente em recessão.

Neste momento, e apesar destas nuvens que acinzentam o horizonte, a situação é predominantemente tranquila: a dinâmica económica continua ativa e em pleno emprego, com muitas empresas e sectores a queixarem-se de escassez de mão de obra disponível, com uma dinâmica salarial como já se não via há muito tempo e a fazer crescer nominalmente os rendimentos disponíveis de muitas famílias. No outro prato da balança, porém, estão a pesar, como já referi, a perda de poder de compra devida à inflação e o acréscimo dos serviços da dívida das famílias e das empresas devida à subida das taxas de juro para combater a subida dos preços.

Embora as taxas de juro se encontrem no terreno da normalidade histórica, e em níveis que a memória da minha geração consideraria muito favoráveis, também é verdade que para a memória mais recente, que é a das gerações mais novas, os seus valores afiguram-se menos normais e a sua subida tem sido rápida.

## **2. Os bancos estão do lado dos clientes**

Apertadas por uma tenaz, onde, de um lado, a inflação tira rendimento e, do outro, a subida das taxas de juro consome mais rendimento, as famílias sobem naturalmente a sua ansiedade. E com ela cresce o apelo populista para capitalização política, em cuja competição o sector da banca é sempre um alvo apetecível e promissor. Nesta circunstância, e para que o bom senso não se perca, importa lembrar alguns factos importantes sobre a actividade bancária e a sua importância.

Quem gere e quem desenvolve actividade nos bancos não são robots nem algoritmos. São pessoas, que, como pessoas, têm sensibilidade humana e social.

Mas, independentemente da maior ou menor sensibilidade de cada uma das pessoas envolvidas, é do **interesse** dos bancos em geral – para assegurar a continuidade bem sucedida do seu negócio – que os seus clientes possam pagar as suas dívidas e que estejam agradados com o apoio que recebem, porque, além do mais, isso os torna nos principais promotores dos seus bancos. Por isso, é do interesse dos bancos ajudar os clientes que atravessem dificuldades transitórias a superá-las e a regressar, tão depressa quanto possível, e nas melhores condições, à normalidade das suas vidas. Por conseguinte, nesta crise, como em muitas outras, e como se demonstrou eloquentemente na crise pandémica, os bancos estão do lado dos seus clientes.

Mas o que os bancos podem fazer para ajudar os seus clientes é marginado pelas obrigações a que estão sujeitos e pelas possibilidades de que dispõem. Do lado das **obrigações** destaco, desde logo, a de atender aos direitos legítimos e à proteção dos seus acionistas e, principalmente, dos depositantes, que fornecem os fundos que os bancos emprestam para atender ao desenvolvimento da economia e às necessidades das famílias. Depois, a de respeitar as normas regulatórias a que a sua actividade está sujeita, umas originadas nas autoridades nacionais, outras emergentes das autoridades europeias. E que contêm exigências prudenciais que os bancos não podem nem devem contornar.

Do lado das **possibilidades**, salienta-se o capital e a liquidez de que dispõem, bem como a solidez do seu balanço. Neste campo, felizmente, os bancos fizeram um progresso notável desde a crise financeira e estão hoje tão ou mais capacitados do que alguma vez estiveram.

Mas a vida económica, como o mundo em geral, é dinâmica, pelo que os equilíbrios de um dado momento podem facilmente desestabilizar-se por essa dinâmica, requerendo uma contínua proatividade para a sua preservação ou reforço. Tanto mais que os sucessos pertencem sempre ao passado e o que o futuro traz são desafios que têm que ser permanentemente superados se se quiser manter a senda de sucesso. Ou, parafraseando Lewis Carrol na *Alice no País das Maravilhas*, é preciso pedalar muito apenas para ficar no mesmo lugar e pedalar o dobro de muito para se progredir no caminho.

A **capacidade de atrair capital** é uma condição fundamental para se poder andar em frente, reforçar o balanço e expandir o crédito de que a economia e as famílias precisam para se desenvolver. Mas, para atrair capital é preciso remunerá-lo adequadamente e tão bem ou melhor do que as outras actividades e empresas que disputam a sua escassez. Sem remuneração adequada, o capital não flui para o sector, e se não fluir, o campo das possibilidades fica mais estreito.

Por isso, a campanha ideológica contra os lucros dos bancos – lucros que, recorde, não têm sido suficientes para compensar o que é reconhecido como custo do capital – não pode deixar de ser vista pelo ângulo das consequências que comporta. E a mais importante dessas consequências, para o que neste caso interessa, é a redução do campo das possibilidades de os bancos ajudarem a economia e as famílias.

Esta explanação é importante para que se perceba que é essencialmente da **interseção dos três conjuntos** extensamente explanados – **interesses** próprios, incluindo os reputacionais, **obrigações** e **possibilidades** – e não da maior ou menor sensibilidade pessoal de quem os governa, que resulta o espaço de manobra de que os bancos dispõem para ajudar os clientes em situação difícil. E não restem dúvidas de que os bancos irão utilizar o máximo possível desse espaço. Porque é do seu interesse natural e não porque tenham maiores ou menores inclinações filantrópicas.

### 3. A César o que é de César e a Mercúrio o que é de Mercúrio

Mas é necessário que se perceba também que não compete aos bancos, nem às empresas em geral, fazer política social, ser agentes do seguro social, ou apoiar o rendimento das famílias carenciadas. Essa é – como reconhecem os princípios da **boa governance político-económica** – uma competência do Estado, e para a qual os bancos contribuem muito com os seus impostos.

No contexto actual, é também importante não haver **precipitações** de acção demasiado precoce, sem se saber até onde poderão ir as adversidades e, nomeadamente para o caso, as próprias taxas de juro. O BCE, que demorou a reagir no início, já sinalizou a sua determinação em continuar a aumentar a sua taxa de intervenção, mesmo que isso provoque uma recessão moderada. O que sugere que é maior a probabilidade de as taxas de juro continuarem a subir do que o contrário. Pelo menos, até que a inflação dê sinais de inverter o passo. Nesse sentido, uma reacção precoce à ansiedade social (ou será é que é mais mediática do que social?), pode esgotar o paiol de medidas demasiado cedo.

### 4. Os desafios da sustentabilidade do negócio

Mas, voltando aos bancos, ajudar a responder às dificuldades das famílias e das empresas no actual contexto inflacionário é, por conseguinte e pela natureza das coisas, o desafio mais imediato e mais premente que estes têm pela frente. Mas não é o mais impactante para a sustentabilidade do seu futuro. Esta vai depender da capacidade de adaptação às exigências das transformações tecnológicas e da agenda climática.

O primeiro desses dois desafios decorre, não só das capacidades oferecidas pela **evolução tecnológica**, e cuja atempada e apropriada adoção será um determinante fator de

competitividade, mas também da evolução que essas transformações operam nas necessidades e preferências dos clientes. Ser tecnologicamente *savvy* – isto é, dispor de capacidades predominantemente digitais, estar habilitado para o uso da inteligência artificial e estar atento aos desenvolvimentos das interações abertas pelo que tem vindo a ser denominado por *web 3* – vai revelar-se, creio, como um dos dois principais fatores diferenciadores na capacidade competitiva do sector nesta frente. O segundo fator será o saber combinar inteligentemente as respostas digitais com a interação humana na relação com os seus clientes – porque o fator humano não vai desaparecer dessa relação.

A capacidade de adaptação à **agenda climática** vai ser o outro fator crucial na competitividade dos bancos e, portanto, na sua duradoura sustentabilidade, na medida em que os bancos, pela natureza da sua actividade – frequente e eufemisticamente assimilada, no contexto da economia, ao sistema circulatório do corpo humano – são o elo fundamental na propagação da agenda por toda a economia e, por essa via, na adaptação de toda a economia aos objetivos da dita agenda.

## 5. Conclusão

Não querendo tomar demasiado tempo desta conferência, e uma vez que o painel que se segue será certamente mais clarificador do que as minhas considerações predominantemente conceptuais, termino resumindo o essencial deste meu contributo:

- i) os bancos são instrumentos essenciais da promoção do bem-estar social;
- ii) os bancos estão do lado dos seus clientes nos momentos difíceis, porque isso é do seu interesse (como, aliás, explicou Adam Smith há mais de dois séculos);
- iii) a campanha ideológica contra os lucros da banca é um instrumento de estreitamento das possibilidades de o sector apoiar a economia e as famílias;
- iv) para além dos desafios da conjuntura, a capacidade de adequação às exigências da evolução tecnológica e da agenda climática são os principais determinantes da sustentabilidade do setor.

Obrigado.  
Vítor Bento